

Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras lança chamado à ação contra morte materna por Covid-19

Nós, da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras, observamos com profunda preocupação os números alarmantes da pandemia de COVID-19 no país, com quase 340.000 mortes e tendo já ultrapassado a média diária de quatro mil mortes. Além disso, sabemos que a pandemia em todo o seu curso afetou de forma desproporcional as mulheres, especialmente as mais vulneráveis, em múltiplas dimensões. De acordo com a ONU, “em todas as esferas, da saúde à economia, segurança à seguridade social, os impactos da COVID-19 são exacerbados para mulheres e meninas simplesmente por causa de seu sexo”.

Além disso, pudemos observar durante todo o ano de 2020 um expressivo aumento do número de mortes maternas provocadas por COVID-19 no Brasil. Desde abril do ano passado pesquisadoras brasileiras têm advertido e publicado estudos demonstrando a seriedade do problema (1, 2, 3). O número crescente de mortes durante a gravidez ou no puerpério levou o Brasil a uma posição tal em que oito de cada 10 mortes maternas relatadas no mundo ocorriam em nosso país (4).

Embora evidências diversas tenham se acumulado de que a gestação e o pós-parto aumentam o risco de complicações e morte por COVID-19 (5,6), também é certo que houve falhas assistenciais em proporção significativa das mortes maternas em nosso país. Além da desorganização dos serviços de assistência pré-natal, com suspensão de consultas, encontramos problemas importantes de acesso ao atendimento adequado da COVID-19, falta de testes diagnósticos, falta de insumos terapêuticos e de leitos de UTI específicos para a população obstétrica. Um dos estudos analisando os casos de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) na gravidez e pós-parto demonstrou que entre as mulheres que morreram, 6% não foram sequer

hospitalizadas, cerca de 40% não foram admitidas em UTI, 43% não receberam ventilação mecânica e 26% não tiveram acesso a qualquer tipo de suporte respiratório. Mais ainda, dentre os fatores associados ao óbito foram encontrados estar no puerpério, ter cor preta, viver em área periurbana, não ter acesso ao Programa de Saúde da Família e morar a mais de 100km do hospital de referência (7). Essa associação com o racismo estrutural já tinha sido demonstrada em outro trabalho que encontrou piores desfechos e risco de morte materna quase duas vezes maior em mulheres negras (8).

[**Confira o chamado da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras na íntegra.**](#)

Percepções da população brasileira sobre o estupro de meninas e mulheres

Para a médica de família e comunidade Denize Ornelas, “infelizmente a violência sexual faz parte da realidade das mulheres brasileiras. A ameaça da violência sexual não está só fora de casa, nas festas, baladas, noites escuras. Muitas vezes essa ameaça está dentro da própria família, como no caso das crianças”.

Rita Lima, defensora pública do Distrito Federal, reitera: “o estupro é uma grave violação dos direitos das mulheres (...) e a interrupção da gestação em caso de estupro é um direito previsto em lei desde 1940”.

As duas especialistas participam do vídeo que integra a pesquisa “Percepções sobre estupro e aborto previsto por lei” (Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva, 2020) e que traz a percepção da população sobre estupro, aborto legal e seguro nos hospitais públicos e apoio às meninas e

mulheres vítimas.

Saiba mais sobre a pesquisa [neste link](#).

Violência obstétrica atinge quase metade das mães no SUS, mas é normalizada

(Folha de São Paulo | 30/03/2021 | Por Angela Boldrini)

Quase metade das [mulheres brasileiras](#) que têm seus filhos pelo sistema público de saúde são alvos de um tipo de agressão invisibilizada, a violência obstétrica. Apesar disso, essa [violência](#) não tem tipificação penal, não é reconhecida pelo [Ministério da Saúde](#) e segue sendo vista como um aspecto cultural do parto, com baixo índice de denúncias. Além disso, não há serviços de saúde específicos para vítimas.

De acordo com a pesquisa Nascer no Brasil, 45% das gestantes [atendidas pelo SUS](#) no parto são vítimas de maus-tratos. No total, 36% das mães passam por tratamento inadequado. E, apesar de todas as pessoas gestantes (incluindo homens [transexuais](#)) estarem sujeitas a maus-tratos, há um grupo de risco. São as negras, pobres, grávidas do primeiro filho, jovens e em trabalho de parto prolongado.

O estudo, que entrevistou quase 24 mil mães entre 2011 e 2012 e é a maior pesquisa sobre nascimentos já feita no país, considerou como violência obstétrica agressões verbais e psicológicas, tratamento desrespeitoso, falta de respeito durante exames e de transparência de informação, impossibilidade de fazer perguntas e de participar das decisões.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Organizações defensoras dos direitos das mulheres divulgam notas contrárias ao PL 5435/2020

O aborto em caso de estupro e risco à vida da gestante é direito desde 1940 no Brasil. Nesta semana, porém, o Senado Federal ameaçou pautar o Projeto de Lei (PL) 5435/2020, de autoria do senador Eduardo Girão (Podemos/CE). A proposta, amplamente repudiada por entidades de defesa dos direitos das mulheres, traz diversos pontos polêmicos que, inclusive, violam a Constituição Federal e tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. Apesar de apelidada de “Estatuto da Gestante”, especialistas apontam que o PL não traz políticas públicas e outros mecanismos que garantam os direitos das mulheres grávidas.

Ao mencionar “garantia ao direito à vida desde a concepção”, o PL 5435/2020 pode acabar com o direito ao aborto nos casos já previstos em lei — gravidez decorrente de estupro, risco à vida da gestante e anencefalia fetal —, criando barreiras na assistência integral às mulheres e meninas que sofreram violência sexual. Além de propor a criação de uma “bolsa” de um salário mínimo para gestantes que decidam seguir com a gestação decorrente do estupro, o texto ainda estende o direito à paternidade ao criminoso e proíbe a mulher de “negar ou omitir tal informação ao genitor”.

Confira notas e pareceres técnicos de

organizações de mulheres e demais entidades contrários ao PL 5435/2020

[Parecer do CLADEM Brasil sobre o Projeto de Lei nº 5.435, de 2020, que dispõe sobre o Estatuto da Gestante](#)

[Nota Pública da Rede Médica pelo Direito de Decidir e da Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras contrária ao PL 5435/2020 — o “Estatuto da Gestante”](#)

[Nota Técnica da Comissão Especial de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher do CONDEGE \(Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais\)](#)

[Nota Técnica da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos](#)

[Nota de Repúdio da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica e da Comissão de Saúde Reprodutiva da FIFCJ \(Federação Internacional de Mulheres de Carreiras Jurídicas\)](#)

Confira também a repercussão do assunto na imprensa

[Críticas ao Estatuto da Gestante vão além do “bolsa-estupro” \(Congresso em Foco, 23/03/2021\)](#)

[Projeto de lei prevê ‘bolsa-estupro’ e é criticado por entidades de defesa dos direitos das mulheres \(Celina/O Globo, 23/03/2021\)](#)

[“Bolsa estupro”: senador propõe lei que veta aborto e dá auxílio a vítimas \(Universa/UOL, 24/03/2021\)](#)

[Senadora vai excluir restrição a aborto legal e bolsa-estupro de projeto de Estatuto da Gestante \(Folha de S.Paulo, 23/03/2021\)](#)

A saúde da mulher em tempos de pandemia

(O Tempo | 12/03/2021 | Por Henrique Lima Couto)

Nunca se falou tanto em saúde - e na falta dela - como nos últimos tempos. E não é para menos, num piscar de olhos a pandemia do novo coronavírus tomou conta do planeta, deixando nítida a sensação de que 'tudo o que é solido se desmancha no ar'. Mas que lição podemos tirar de tudo isso? São muitas as lições, mas a maior delas passa pela importância de cuidar da própria saúde, para que não nos falte tempo para cuidar dela sob pena de precisarmos arranjar tempo para cuidar da doença.

Isso implica, obrigatoriamente, em investir na prevenção. E se prevenir segue sendo o melhor remédio, é oportuno para falar sobre os cuidados com a saúde da mulher, com especial atenção para a necessidade da realização de exames que possibilitam a detecção do câncer de mama, ainda em estágio inicial.

A pandemia afastou muitas pacientes dos consultórios e fez com que alguns exames fossem adiados. Por um lado, a prevenção relacionada ao coronavírus. Por outro, exames e consultas de rotina, que também significam prevenção, colocados em segundo plano. Mas até que ponto os cuidados médicos rotineiros podem ser deixados de lado diante de uma pandemia? Na realidade, não podem. Saúde debilitada é porta de entrada para muitos outros problemas, dentre eles, o agravamento da Covid-19.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

No Brasil, 4 milhões de mulheres nunca foram ao ginecologista

(Observatório 3º setor | 11/03/2021 | Por Redação - Observatório 3º setor)

Apesar de os [homens morrerem](#) mais por Covid-19, as mulheres são as mais impactadas pela pandemia no dia a dia. De um lado, há sobrecarga nas tarefas domésticas e o acúmulo de trabalho, e do outro o desemprego e o desgaste mental.

Mas, a pandemia também pode agravar problemas antigos em relação ao acesso à saúde entre as mulheres: até 2019, mais de [4 milhões de brasileiras](#) nunca haviam ido a uma consulta no ginecologista.

Foto: Divulgação/Imirante

[***Acesse a matéria completa no site de origem.***](#)

No Dia da Mulher, Coren-SP divulga sondagem e debate situações de vulnerabilidade

[\(Coren-SP | 08/03/2021\)](#)

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o Coren-SP realizou o webinar “Ser Mulher na Enfermagem”, transmitido ao vivo nesta segunda-feira (8/3) no canal do YouTube. Mediada pela conselheira Ana Paula

Guarnieri, a atividade marcou o lançamento dos resultados da [sondagem “Ser Mulher na Enfermagem”](#), que reflete a realidade atual das mulheres na enfermagem sob diversos aspectos como jornadas de trabalho, salários e situações de vulnerabilidade.

“A maioria dos profissionais de enfermagem são mulheres que enfrentam os desafios do século XXI, além dos desafios próprios da nossa profissão”, destacou a vice-presidente do Coren-SP, Erica Chagas, na abertura. “São questões como jornada dupla com trabalhos domésticos, desafios com os filhos e questões que trazem sobrecarga a essas mulheres”, destacou Erica, que frisou a importância da sondagem como elemento para a orientação de ações futuras do conselho: “Os números que veremos hoje trazem a possibilidade de buscarmos parcerias e trabalharmos programas de acolhimento e orientação”, concluiu.

[**Acesse a matéria completa no site de origem.**](#)

Confira abaixo a íntegra do evento “Ser Mulher na Enfermagem”

Serviço de atenção ao aborto previsto em lei: desafios e agenda no Brasil, por Cristiano Rosas e Helena Paro

[\(SPW | 28/02/2021 | Acesse no site de origem\)](#)

Embora a lei brasileira permita o aborto desde 1940, somente em 1989 foi criado o primeiro serviço de atenção aos casos permitidos por lei, no Hospital

Jabaquara da rede pública de São Paulo/SP. De lá pra cá, o empenho de profissionais da saúde e da sociedade civil organizada garantiu avanços na regulamentação desse direito, possibilitando a ampliação do acesso ao aborto no país.

Nesses tempos de ameaças e de retrocessos concretos nesse campo, os médicos ginecologistas-obstetras Cristião Fernando Rosas e Helena Borges Martins da Silva Paro escreveram um artigo no qual fazem um resgate da consolidação do direito ao aborto no Brasil, contribuindo para que a sociedade trace estratégias de resistência às ofensivas contra os direitos sexuais e reprodutivos no país.

- Cristião Fernando Rosas é coordenador da [Global Doctors for Choice Brazil](#) e vice-presidente da Comissão Nacional Especializada em Violência Sexual e Interrupção Gestacional Prevista em Lei da Febrasgo.
- Helena Borges Martins da Silva Paro ([@helenabmsparo](#)) é professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia, membro da [Rede Feminista de Ginecologistas e Obstetras](#) e da [Global Doctors for Choice Brazil](#), e secretária da Comissão Nacional Especializada em Violência Sexual e Interrupção Gestacional Prevista em Lei da Febrasgo.

Milhas pela Vida, o grupo que ajuda mulheres a ter acesso ao aborto legal

Criado pela roteirista Juliana Reis em 2019, o grupo já ajudou mais de 250 mulheres a interromper legalmente a gestação, dentro e fora do Brasil

[\(IG Delas | 01/03/2021 | Por Paola Churchill\)](#)

Em 2020, foram feitos 1.657 [abortos legais no Brasil](#) pelo Sistema Único de Saúde (SUS), segundo dados do Ministério da Saúde. Contudo, nesse meio tempo, 300 mil mulheres foram parar no hospital e 1.800 morreram devidos a [abortos inseguros ou feitos clandestinamente no país](#) .

Um dos projetos que tenta contornar esse problema e ajudar mulheres no processo de interrupção da gestação de forma legalizada é o [Milhas pela Vida](#). Criado pela cineasta e roteirista Juliana Reis, 57 anos, em 15 meses de existência, a iniciativa já conseguiu ajudar 250 mulheres, dentre os 2100 pedidos de ajuda que já recebeu.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

“Há grande chance de perdermos direito ao aborto legal”, diz pesquisadora

[\(Universa | 26/02/2021 | Por Camila Brandalise\)](#)

Dos 46 projetos sobre aborto que estão em tramitação hoje na Câmara dos Deputados, 40 proíbem ou criam algum tipo de restrição à legislação vigente, que autoriza a interrupção de gravidez em caso de estupro, risco à mãe e anencefalia. Desses 40, 11 são de 2019 - o levantamento foi feito por Universa a partir das ações legislativas disponíveis para pesquisa no site da Câmara. Era esperado que, em 2020, esse assunto, parte das chamadas pautas morais, voltasse ao debate, mas foi freado com o avanço da pandemia.

Em 2021, porém, com um novo presidente na casa, o deputado federal Arthur Lira (PP-AL), que já declarou ser contrário ao aborto, os projetos devem ir à votação. É o que espera a ala conservadora, que já no início de fevereiro, primeiro mês de trabalhos da casa, propôs dois novos PLs para pressionar

Lira, de autoria das deputadas Carla Zambelli (PSL-SP) e Chris Tonietto (PSL-RJ). Esta última, inclusive, enviou uma carta a Lira em que fala da necessidade de se pautar o tema.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)